

Sumário

Capítulo 1 ▶ SUJEITOS NO PROCESSO PENAL.....	29
1. NOÇÕES GERAIS	29
2. JUIZ.....	29
2.1. Breves noções	29
2.2. O papel do juiz moderno	30
2.3. O princípio da identidade física do juiz (art. 399, § 2º, CPP).....	32
2.4. Regularidade do processo e princípio do impulso oficial (art. 251, CPP).....	32
2.5. Causas de impedimento da atuação do juiz (arts. 252 e 253, CPP)	33
2.6. Causas de suspeição da atuação do juiz (art. 254, CPP).....	35
2.7. Cessação e manutenção do impedimento ou suspeição (art. 255, CPP)	37
2.8. Criação proposita de animosidade por má-fé (art. 256, CPP)	38
2.9. A incompatibilidade do juiz (art. 112, CPP).....	38
2.10. Juiz sem rosto e a Lei nº 12.694/12.....	39
3. MINISTÉRIO PÚBLICO.....	46
3.1. O Ministério Público como parte imparcial ou formal na relação processual (art. 257, CPP)	46
3.2. Impedimento e suspeição do membro do Ministério Público (art. 258, CPP) .	48
3.3. Princípio do promotor natural e imparcial ou promotor legal.....	50
4. ACUSADO	54
4.1. O acusado como parte na relação processual (art. 259, CPP)	54
4.2. Condução coercitiva do réu (art. 260, CPP)	55
4.3. Indisponibilidade do direito de defesa (art. 261, CPP).....	56
5. CURADOR (ART. 262, CPP).....	58
6. DEFENSOR	58
6.1. A nomeação do defensor (arts. 263 e 264, CPP).....	58
6.2. Afastamento e ausência da causa (art. 265, CPP).....	62
6.3. Constituição do defensor e impedimento (arts. 266 e 267, CPP).....	64
7. ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO	66
8. FUNCIONÁRIOS DA JUSTIÇA	73
8.1. Denominação.....	73
8.2. Suspeição (art. 274, CPP).....	73
9. PERITOS E INTÉRPRETES.....	73
9.1. Perito (arts. 275 a 280, CPP)	73
9.2. Intérprete (art. 281, CPP).....	75

Capítulo 2 ► PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA	77
1. NOÇÕES GERAIS SOBRE PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES	77
2. O JUDICIÁRIO COMO FISCAL DA LEGALIDADE DA PRISÃO (ART. 5º, LXV, CF e ART. 310, I a III, CPP)	91
3. FORMALIDADES DA PRISÃO (ARTS. 283 A 300, CPP)	96
4. MODALIDADES DE PRISÃO CAUTELAR.....	114
4.1. Prisão temporária (Lei nº 7.960/89)	114
4.2. Prisão em flagrante (arts. 301 a 310, CPP)	123
4.2.1. Noções gerais	123
4.2.2. Flagrante facultativo e flagrante obrigatório ou compulsório (art. 301, CPP).....	129
4.2.3. Prisão em flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada à representação do ofendido e de ação penal privada	133
4.2.4. Espécies de prisão em flagrante (art. 302, CPP).....	133
4.2.4.1. Flagrante próprio ou propriamente dito ou perfeito ou real ou verdadeiro (art. 302, I e II, CPP).....	133
4.2.4.2. Flagrante impróprio ou imperfeito ou irreal ou quase flagrante (art. 302, III, CPP).....	133
4.2.4.3. Flagrante presumido ou ficto ou assimilado (art. 302, IV, CPP)	134
4.2.4.4. Flagrante preparado ou provocado/crime de ensaio (Súmula 145, STF)	136
4.2.4.5. Flagrante forjado ou urdido	139
4.2.4.6. Flagrante esperado ou intervenção predisposta da autoridade policial	140
4.2.4.7. Flagrante diferido ou retardado ou prorrogado ou postergado ou ação controlada (art. 53, II, da Lei nº 11.343/06, arts. 1º, § 6º, e 4º-B da Lei nº 9.613/98 e arts. 8º e 9º da Lei nº 12.850/13).....	140
4.2.4.8. Flagrante nos crimes permanentes (art. 303 CPP), habituais e continuados	142
4.2.5. Formalidades para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito (arts. 304 e 305, CPP)	143
4.2.6. Controle jurisdicional da prisão em flagrante e audiência de custódia (arts. 308 a 310, CPP)	149
4.3. Prisão preventiva	163
4.3.1. Noções gerais	163
4.3.2. Momento de decretação (art. 311, CPP)	163
4.3.3. Requisitos para a decretação da prisão preventiva (art. 312, CPP).....	165
4.3.4. Circunstâncias legitimadoras e circunstâncias impeditivas da prisão preventiva (arts. 313 e 314, CPP).....	175
4.3.5. Fundamentação da prisão preventiva (art. 315, CPP).....	192
4.3.6. Caráter provisório da decisão acerca da prisão preventiva e prazo de duração/revisão (art. 316, CPP)	196

4.3.7. Apresentação espontânea do acusado	204
4.4. Prisão domiciliar (arts. 317 a 318-B, CPP).....	205
4.5. Prisão decorrente de decisão de pronúncia (art. 413, § 3º, CPP)	212
4.6. Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível (art. 387, § 1º, CPP).....	213
5. EXECUÇÃO PROVISÓRIA OU ANTECIPADA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	214
6. OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES (ARTS. 319 e 320, CPP)	231
7. LIBERDADE PROVISÓRIA.....	245
7.1. Noções gerais	245
7.2. Liberdade provisória com fiança	250
7.2.1. Hipóteses que vedam a fiança (arts. 323 e 324, CPP).....	252
7.2.2. Valor da fiança (arts. 325 e 326, CPP)	253
7.2.3. Condições da fiança (arts. 327 e 328, CPP)	255
7.2.4. Fiança definitiva (art. 330, CPP).....	255
7.2.5. Consequências possíveis da fiança.....	256
7.3. Liberdade provisória sem fiança	259
Capítulo 3 ► CITAÇÕES E INTIMAÇÕES.....	265
1. CONCEITO DE CITAÇÃO.....	265
2. ESPÉCIES DE CITAÇÃO	265
2.1. Citação por mandado ou pessoal (arts. 351 a 357, CPP).....	265
2.2. Citação do militar (art. 358, CPP)	269
2.3. Citação do funcionário público (art. 359, CPP)	269
2.4. Citação do réu preso (art. 360, CPP).....	270
2.5. Citação por edital (arts. 361 a 366, CPP).....	271
2.6. Citação por hora certa (art. 362, CPP)	272
3. SUSPENSÃO DO PROCESSO (ART. 366, CPP)	275
4. A REVELIA NO PROCESSO PENAL (ART. 367, CPP).....	280
5. CONCEITO DE INTIMAÇÃO.....	282
6. PROCEDIMENTO PARA AS INTIMAÇÕES (ARTS. 370 A 372, CPP).....	282
Capítulo 4 ► SENTENÇA.....	287
1. ATOS JURISDICIONAIS.....	287
2. CONCEITO DE SENTENÇA.....	288
3. CLASSIFICAÇÃO DAS SENTENÇAS.....	288
4. CONTEÚDO DA SENTENÇA (ART. 381, CPP).....	290
5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ART. 382, CPP).....	294
6. EMENDATIO LIBELLI OU MODIFICAÇÃO DA DEFINIÇÃO JURÍDICA DO FATO (ART. 383, CPP)	294
7. MUTATIO LIBELLI (ART. 384, CPP)	296
8. INDEPENDÊNCIA DO JUIZ NA SENTENÇA (ART. 385, CPP).....	307

9. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA (ART. 386, CPP).....	308
10. SENTENÇA CONDENATÓRIA (ART. 387, CPP)	311
11. SENTENÇA DECLARATÓRIA DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	322
12. FORMA DA SENTENÇA (ART. 388, CPP)	322
13. PUBLICAÇÃO E INTIMAÇÃO DA SENTENÇA (ARTS. 389 A 392, CPP).....	323

Capítulo 5 ► PROCEDIMENTOS..... 325

1. PROCEDIMENTO COMUM E PROCEDIMENTO ESPECIAL (ART. 394, CAPUT, e §§ 1º e 2º, CPP)	325
2. PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO (ARTS. 395 A 405, CPP)	328
3. PROCEDIMENTO COMUM SUMÁRIO (ARTS. 531 A 538, CPP).....	345
4. PROCEDIMENTO COMUM SUMARÍSSIMO (LEI Nº 9.099/95)	348
4.1. Fase preliminar – audiência preliminar (arts. 72 a 76 da Lei nº 9.099/95).....	352
4.2. Procedimento sumaríssimo propriamente dito – audiência de instrução e julgamento (arts. 77 a 83 da Lei nº 9.099/95).....	361
4.3. Suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei nº 9.099/95).....	368
5. PROCEDIMENTO ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497, CPP).....	376
5.1. Competência	376
5.2. Composição	377
5.3. Princípios constitucionais (art. 5º, XXXVIII, CF)	378
5.4. Procedimento bifásico	379
5.5. Pronúncia (art. 413, CPP)	382
5.6. Impronúncia (art. 414, CPP)	392
5.7. Absolução sumária (art. 415, CPP).....	393
5.8. Desclassificação (art. 419, CPP)	396
5.9. Fase do julgamento	399
5.10. Desaforamento (arts. 427 e 428, CPP).....	400
5.11. Jurados.....	403
5.12. O julgamento.....	406
5.13. Debates orais	410
5.14. Quesitos	416
6. PROCEDIMENTO DOS CRIMES FALIMENTARES (LEI Nº 11.101/05)	429
7. PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ARTS. 513 A 518, CPP)	431
8. PROCEDIMENTO DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 519 A 523, CPP).....	434
9. PROCEDIMENTO DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL (ARTS. 524 A 530-I, CPP)	436
10. PROCEDIMENTO DOS CRIMES PRATICADOS MEDIANTE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (LEI Nº 11.340/06 – LEI MARIA DA PENHA).....	438
11. PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE TÓXICOS (LEI Nº 11.343/06 – LEI DE TÓXICOS).....	451
12. PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE (LEI Nº 13.869/2019).....	462

13. PROCEDIMENTO DA Ação PENAL ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS (LEI Nº 8.038/90)	465
14. PROCEDIMENTO PARA RESTAURAÇÃO DE AUTOS EXTRAVIADOS (ARTS. 541 A 548, CPP)	470
15. PROCEDIMENTO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI Nº 14.133/21).....	471

Capítulo 6 ► NULIDADES 473

1. NOÇÕES GERAIS	473
2. ATOS INEXISTENTES E ATOS IRREGULARES	473
3. ESPÉCIES DE NULIDADES	474
4. PRINCÍPIOS REGENTES DAS NULIDADES.....	476
4.1. Não há nulidades sem prejuízo (art. 563, CPP)	476
4.2. Não há nulidade provocada pela parte (art. 565, CPP)	477
4.3. Não há nulidade por omissão de formalidade que só interesse à parte contrária (art. 565, CPP)	478
4.4. Não há nulidade de ato irrelevante para o deslinde da causa (art. 566, CPP).....	479
4.5. Princípio da causalidade (art. 573, § 1º, CPP)	479
5. ESPÉCIES DE NULIDADE ABSOLUTA	481
5.1. Incompetência	481
5.2. Impedimento e suspeição.....	483
5.3. Suborno do juiz	484
5.4. Ilegitimidade de parte	484
5.5. Ausência de denúncia ou queixa e representação	485
5.6. Ausência do exame de corpo de delito	485
5.7. Ausência de defesa ao réu e de nomeação de curador	486
5.8. Falta de citação, ampla defesa e contraditório	487
5.9. Falta da decisão de pronúncia, do libelo e da entrega da sua cópia.....	487
5.10. Ausência do réu e realização da sessão.....	488
5.11. <i>Quórum</i> para a instalação da sessão do Júri.....	488
5.12. Sorteio do conselho de sentença em número legal e incomunicabilidade dos jurados.....	488
5.13. Inexistência dos quesitos e suas respostas	489
5.14. Ausência de acusação e defesa no julgamento do Tribunal do Júri	489
5.15. Ausência da sentença.....	489
5.16. Ausência de processamento ao recurso de ofício	490
5.17. Ausência de intimação para recurso	490
5.18. Falta do <i>quórum</i> legal para a decisão	490
5.19. Quesitos ou respostas deficientes e contradição entre elas.....	490
6. ESPÉCIES DE NULIDADE RELATIVA.....	491
6.1. Infringência à regra de prevenção	491
6.2. Falta de intervenção do Ministério Público	491

6.3. Falta de concessão de prazos à acusação e à defesa.....	491
6.4. Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri, quando a lei não permitir o julgamento à revelia.....	491
6.5. Falta de intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade	492
6.6. Ausência da forma legal dos atos processuais	492
7. MOMENTO PARA A ARGUIÇÃO DAS NULIDADES RELATIVAS (ART. 571, CPP).....	492
8. CONVALIDAÇÃO DAS NULIDADES RELATIVAS	495

Capítulo 7 ► RECURSOS..... 497

1. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	497
1.1. Noções gerais	497
1.2. Características	497
1.3. Efeitos	505
1.4. Recurso de ofício (art. 574, CPP)	508
1.5. Desvio da administração pública no processamento do recurso (art. 575, CPP)	510
1.6. Vedação de desistência do recurso pelo Ministério Público (art. 576, CPP) ...	510
1.7. Múltipla legitimidade recursal (art. 577, CPP).....	511
1.8. Pressupostos de admissibilidade dos recursos	512
1.9. Princípio da fungibilidade dos recursos (art. 579, CPP)	517
2. APELAÇÃO.....	521
2.1. Noções gerais	521
2.2. Interposição.....	522
2.3. Cabimento.....	525
2.4. Processamento	531
2.5. Julgamento	533
3. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.....	534
3.1. Noções gerais	534
3.2. Interposição.....	534
3.3. Hipóteses de cabimento (art. 581, CPP).....	535
3.4. Processamento	539
3.5. Julgamento	541
4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	541
4.1. Noções gerais	541
4.2. Interposição.....	542
4.3. Hipóteses de cabimento	542
4.4. Processamento	543
4.5. Julgamento	543
5. EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE	545
5.1. Noções gerais	545

5.2. Interposição (art. 609, parágrafo único, CPP).....	546
5.3. Hipóteses de cabimento	546
5.4. Processamento	547
5.5. Julgamento	548
6. CARTA TESTEMUNHÁVEL	548
6.1. Noções gerais	548
6.2. Interposição (art. 640, CPP).....	548
6.3. Hipóteses de cabimento (art. 639, CPP).....	549
6.4. Processamento (art. 643, CPP)	549
6.5. Julgamento	550
7. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	550
8. RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO	552
9. AGRAVO EM EXECUÇÃO	560
10. CORREIÇÃO PARCIAL.....	561
11. PROTESTO POR NOVO JÚRI	562
12. AGRAVO INTERNO OU REGIMENTAL OU INOMINADO.....	564
13. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	565
14. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	568

Capítulo 8 ► AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO 571

1. NOÇÕES GERAIS	571
2. REVISÃO CRIMINAL.....	571
2.1. Noções gerais	571
2.2. Hipóteses de cabimento (arts. 621 e 622, CPP)	573
2.3. Legitimidade <i>ad causam</i> (art. 623, CPP)	577
2.4. Competência (art. 624, CPP).....	578
2.5. Forma de propositura e rito (arts. 625 e 628, CPP).....	578
2.6. Sucessores (art. 631, CPP)	579
2.7. Julgamento e indenização (arts. 626, 627, 629 e 630, CPP).....	579
3. HABEAS CORPUS	581
3.1. Noções gerais	581
3.2. Hipóteses de cabimento (arts. 647 e 648, CPP)	585
3.3. Transgressão disciplinar (art. 647, CPP).....	590
3.4. Competência (art. 650, CPP).....	591
3.5. Legitimidades ativa e passiva	593
3.6. Forma de propositura (art. 654, § 1º, CPP)	594
3.7. Rito processual (arts. 655 a 664, CPP).....	594
3.8. Julgamento	596
3.9. Recursos	596

4. MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL	597
4.1. Noções gerais	597
4.2. Hipóteses de cabimento	597
4.3. Competência	599
4.4. Legitimidades ativa e passiva	599
4.5. Procedimento	600
4.6. Julgamento	602
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	603